A decorative graphic on the left side of the slide, featuring a vertical green bar and a yellow shape that curves around it, resembling a stylized leaf or a drop.

**Vânia Vieira**

Diretora de Prevenção da Corrupção

Controladoria-Geral da União

## DADOS GERAIS DA PESQUISA

**Realização:** CGU e Unesco

**Objetivo:** Analisar valores, cultura, experiência e percepção de servidores públicos federais em relação à temática de acesso a informação.

**Aplicação:** Poder Executivo Federal.

**Coordenação:** Prof<sup>o</sup> Roberto DaMatta

## METODOLOGIA

O diagnóstico foi conduzido em duas etapas, distintas e complementares:

**Pesquisa qualitativa:** entrevistas realizadas com autoridades responsáveis pela tomada de decisões em áreas relevantes para a implementação da política de acesso – baseadas em questionário semi-estruturado;

**Pesquisa quantitativa:** realizada com amostra de servidores públicos (intervalo de 95% de confiança, com margem de erro de 3,5%) de diversos órgãos e entidades governamentais, independentemente do seu grau hierárquico, mediante questionário enviado via web – participação voluntária.

# Perfil dos servidores

## Pesquisa Qualitativa

**73 entrevistados, ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento superior (DAS)**

## Pesquisa quantitativa

- **986 respondentes**
- **Ingresso no serviço público: 92% concursados**
- **60,14% - sexo masculino e 53,45% - sexo feminino**
- **82,14% afirmaram possuir ensino superior completo e/ou algum curso de pós-graduação**

A decorative graphic on the left side of the slide, featuring a vertical green bar and a yellow shape that curves inward from the right, creating a stylized, abstract design.

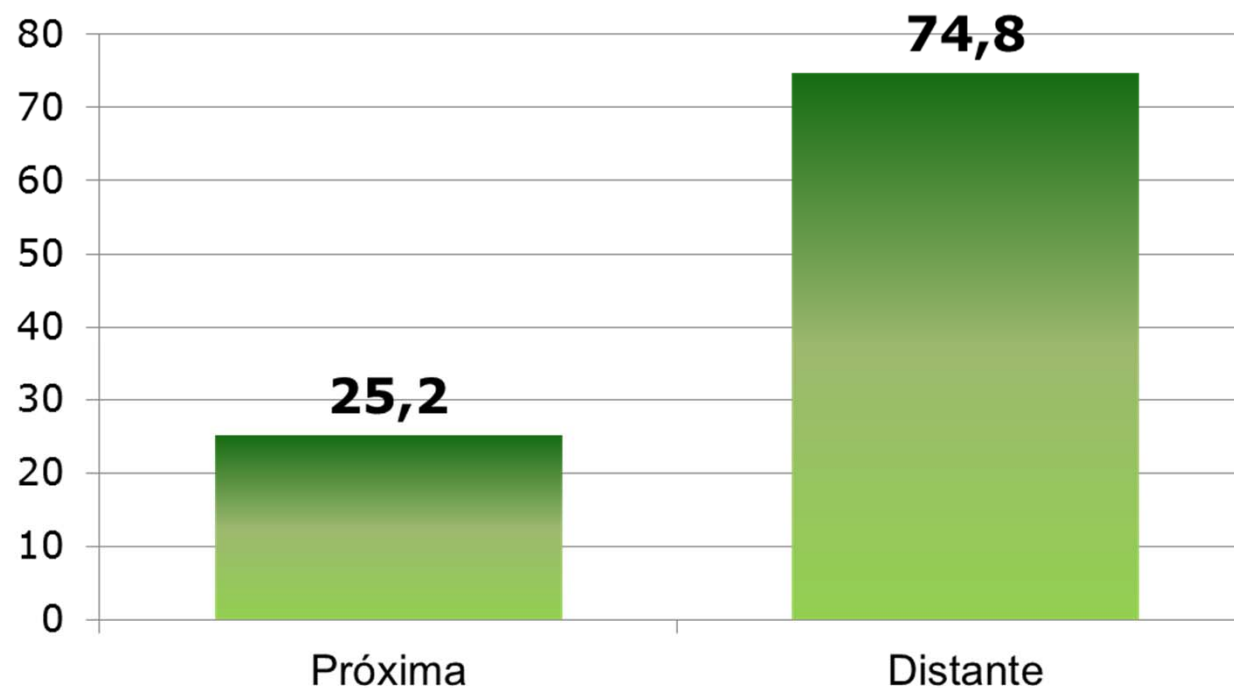
# Principais Resultados

A decorative graphic on the left side of the slide features a vertical green bar and a yellow shape that curves inward from the right, resembling a stylized leaf or a drop.

# **RELAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE**

## RELAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE

**Percepção geral:** a relação entre o Estado e a Sociedade ainda é distante



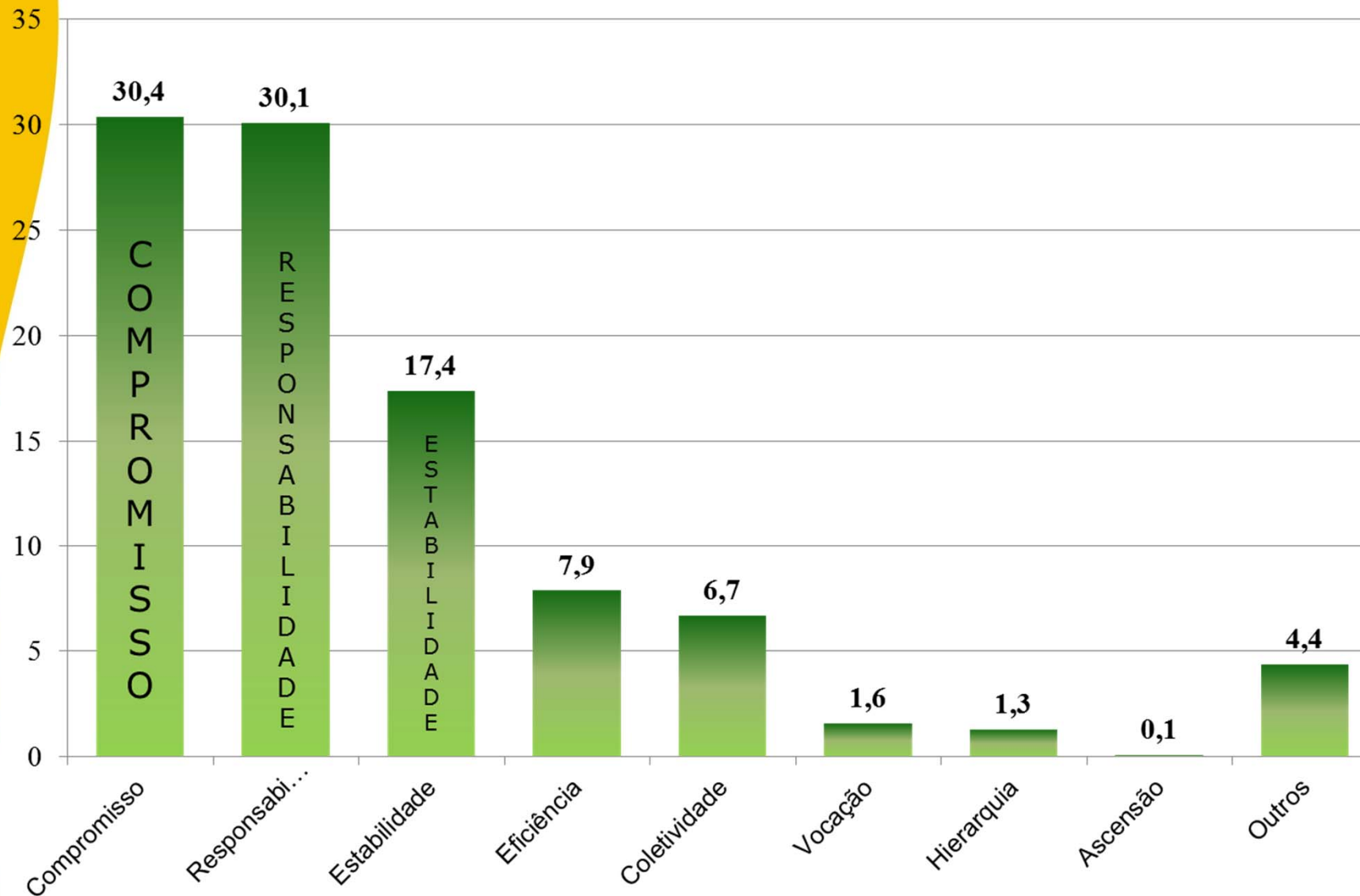
## RELAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE

**Importante:** Apesar da percepção dominante ser a de que o Estado ainda é distante da sociedade, identificou-se aspectos positivos nas respostas dos servidores:

- Reconhecimento de que houve um movimento de **aproximação** nos últimos vinte anos;
- Reconhecimento da **importância do seu papel** como “servidor do público”;
- Reconhecimento de que a **sociedade é o principal destinatário** das suas ações.

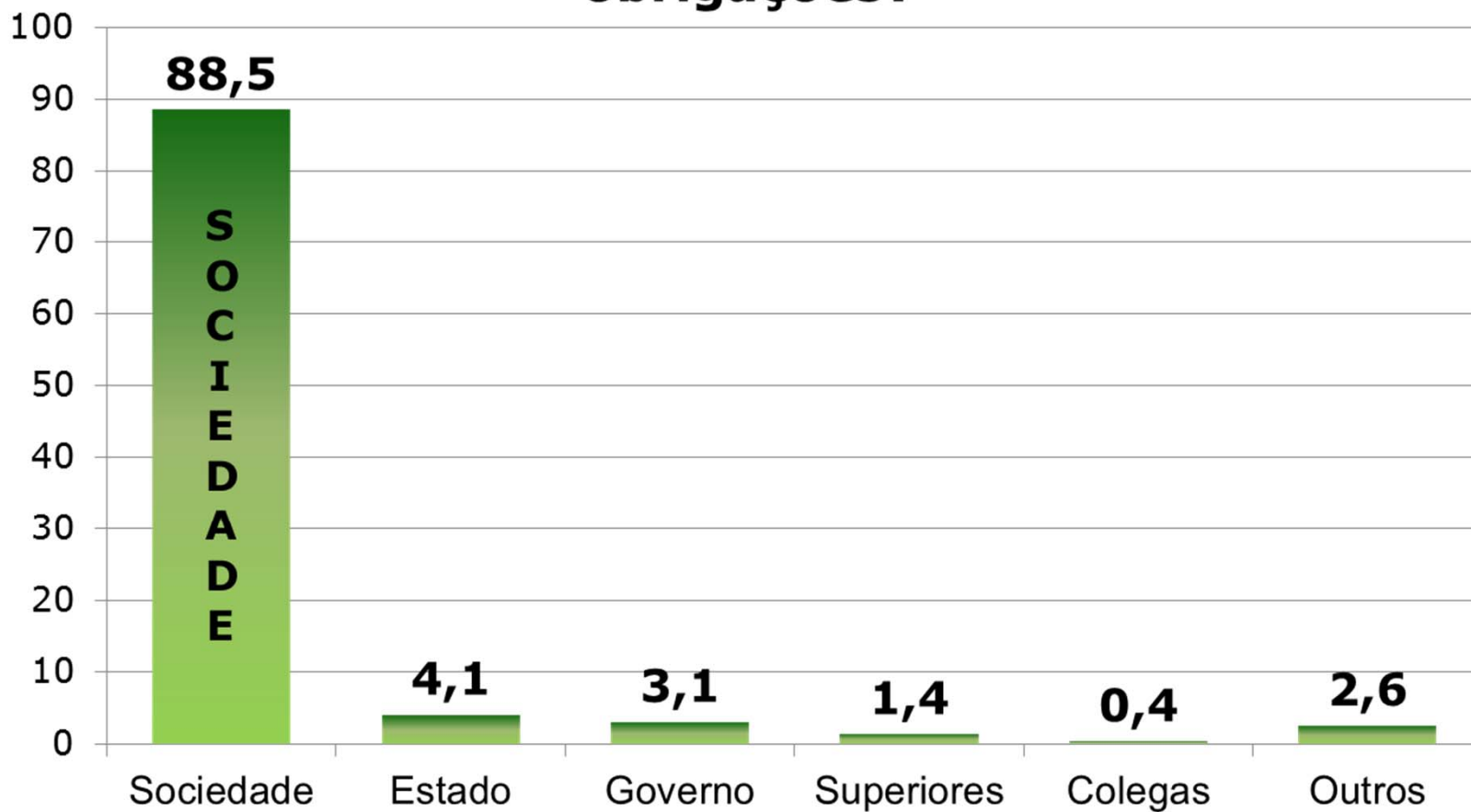


## O que caracteriza o Servidor Público?



## RELAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE

## A quem o Servidor Público deve mais obrigações?



## Desafios

- O Estado hoje se encontra mais capacitado para se relacionar com grupos organizados e atender a demandas de organizações da sociedade civil, mas ainda enfrenta problemas para atender satisfatoriamente a demandas individuais de cidadãos.

- Alguns servidores tendem a “infantilizar” os cidadãos, acreditando que ele não seria capaz de se comunicar diretamente com o Estado. Eles necessitariam contar, ou com a tutela do Estado para acessar e compreender as informações, ou com a intermediação de entidades da sociedade civil e da imprensa neste processo.

A decorative graphic on the left side of the slide, featuring a vertical green bar and a yellow shape that curves inward from the right, resembling a stylized leaf or a drop.

**RECONHECIMENTO DO DIREITO DE  
ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA**

## RECONHECIMENTO DO DIREITO DE ACESSO

A maioria dos servidores **reconhece o direito dos cidadãos** de requerer e obter praticamente qualquer informação (considerada não sigilosa) do poder público e o **dever do Estado** de garantir o exercício deste direito e o atendimento das demandas por informação:

**O Estado é o guardião da informação, mas esta pertence à sociedade.**

## RECONHECIMENTO DO DIREITO DE ACESSO

## A percepção quanto à posse da informação pública

ASSERTIVA	CT	C	D	DT	NS
O Estado é o guardião da informação pública, mas esta <b>pertence à sociedade</b>	47,6	46,2	4,3	1,0	0,8
<b>Todo cidadão tem o direito</b> de acesso a qualquer informação pública (aquela não classificada como sigilosa) sem precisar justificar sua solicitação e a Administração Pública tem a obrigação de atendê-lo dentro de um prazo previamente estabelecido	49,9	41,6	6,6	1,4	0,5
O servidor público que se nega a prestar informação pública solicitada pelo cidadão <b>deve ser responsabilizado</b> por isso	37,9	42,9	14,3	1,9	3,1
Há informações que, pela sua natureza, devem ser <b>eternamente</b> mantidas sob sigilo	16,0	24,0	33,8	21,7	4,4

## RECONHECIMENTO DO DIREITO DE ACESSO

Diante de **situações concretas**, surgem, no entanto, resistências:

-**análise das solicitações** conforme distintos critérios de conveniência e oportunidade;

-**indagação quanto aos motivos** dos solicitantes e **avaliação da pertinência e relevância do pedido** e análise do custo-benefício de atendimento.



**Desconfiança e receio quanto ao USO que os solicitantes podem fazer das informações (em especial a imprensa)**



**CONCENTRAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM INDIVÍDUOS OU SETORES**

## RECONHECIMENTO DO DIREITO DE ACESSO

### AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ACESSO À INFORMAÇÃO:

Principais aspectos **NEGATIVOS** apontados

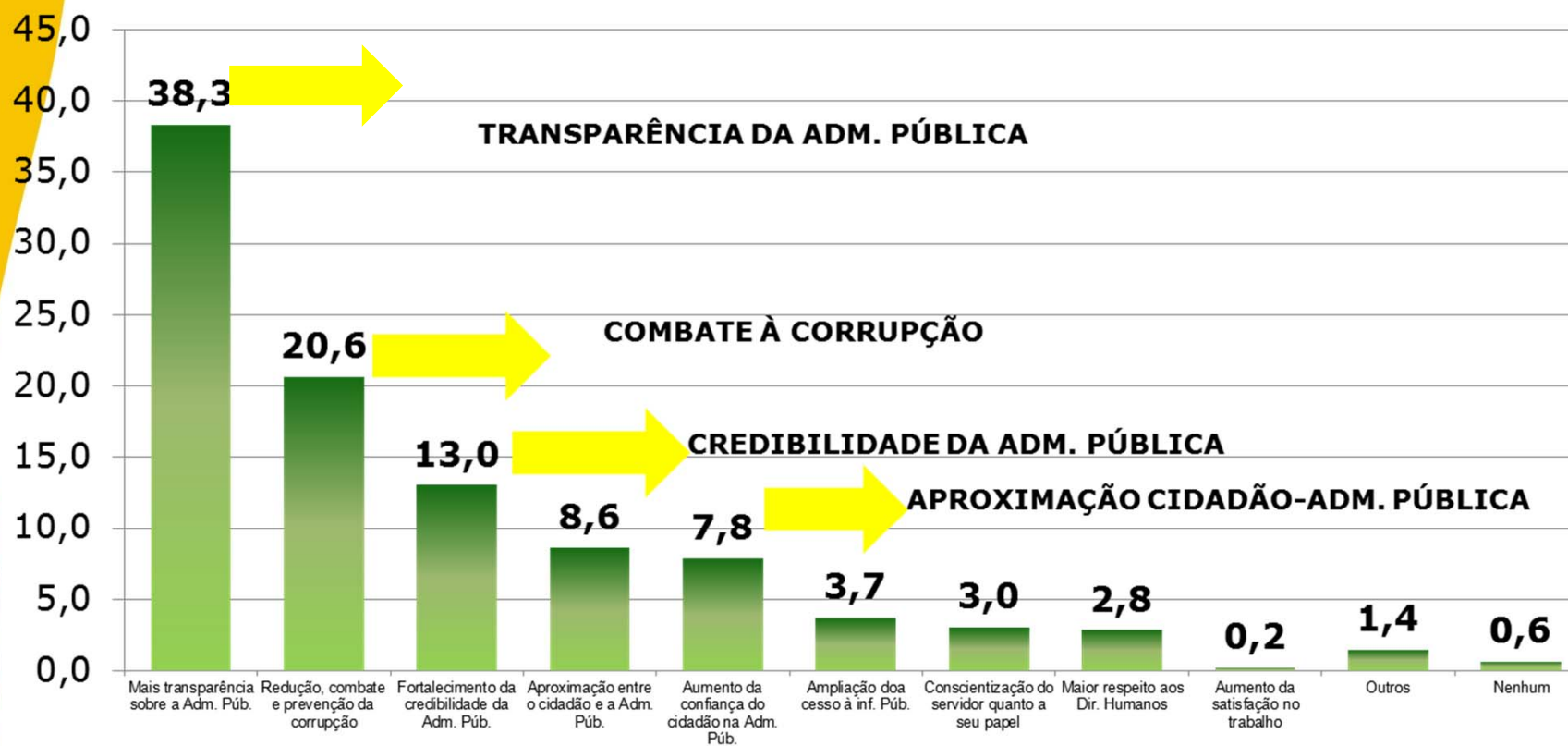
- Má utilização das informações
- Vantagens para grupos de interesse bem situados
- Uso político das informações
- Solicitações excessivas e descabidas

Uma das preocupações dos servidores diz respeito ao impacto que o atendimento a um volume expressivo de informações trará para sua unidade: **tempo, energia e pessoal**, visto que esses recursos já são escassos.



## RECONHECIMENTO DO DIREITO DE ACESSO

## AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ACESSO À INFORMAÇÃO: Principais aspectos **POSITIVOS** apontados



# ÔNUS x BENEFÍCIOS

## de uma política de acesso à informação

ASSERTIVA	CT	C	D	DT	NS
O benefício de uma política de amplo acesso à informação pública seria superior a qualquer ônus envolvido na sua implementação (tempo, trabalho, recursos, riscos)	25,2	54,7	13,1	1,1	5,9
O ônus envolvido na implementação de uma política de amplo acesso à informação pública (tempo, trabalho, recursos, riscos) é superior a qualquer benefício	3,5	15,0	53,1	23,0	5,5
A implementação de uma política de amplo acesso à informação pública é importante, mas só deveria ser priorizada se não implicasse trabalho e custos adicionais	16,5	4,5	54,4	21,3	3,4

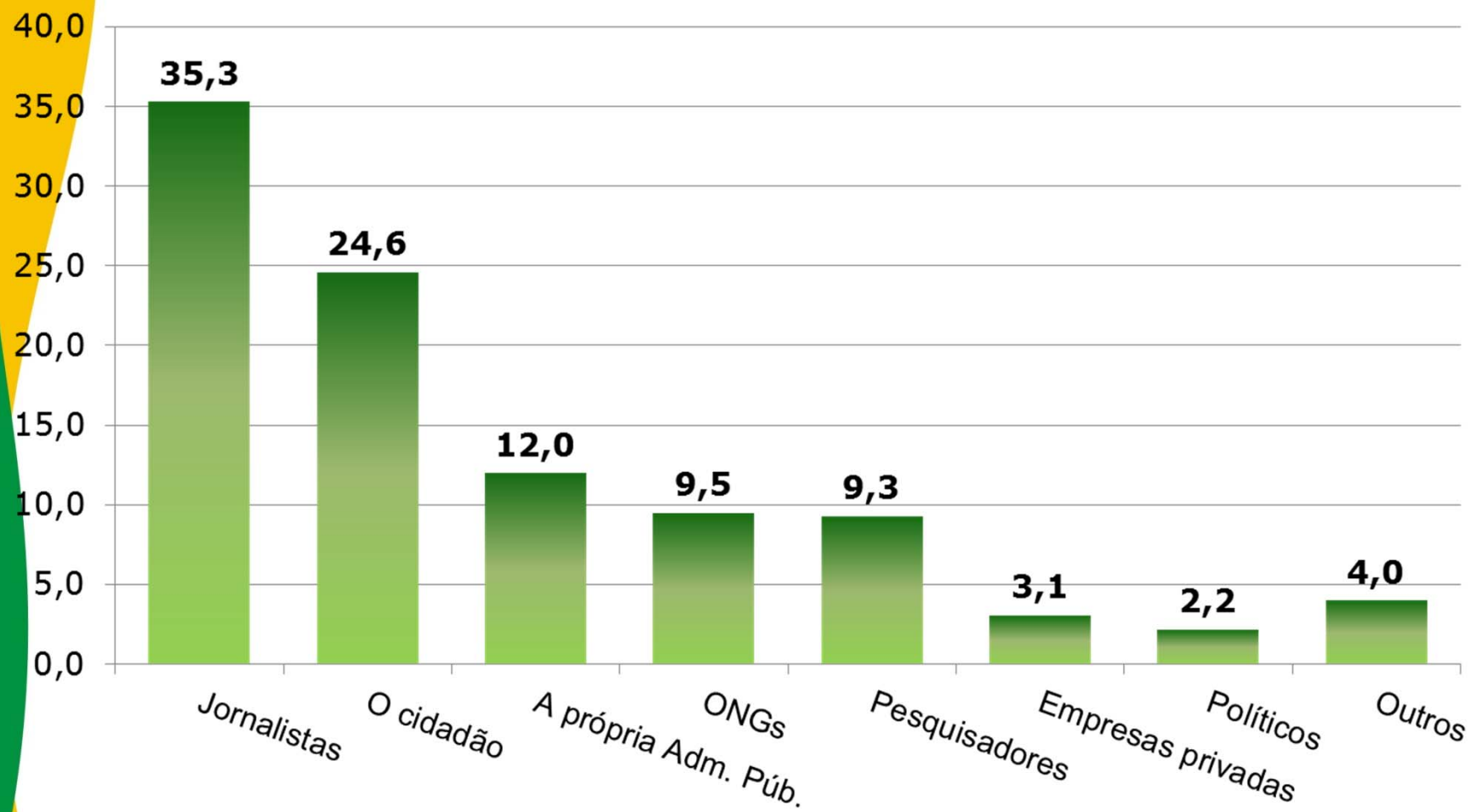
CT – concordo totalmente; C – concordo; D – discordo; DT – discordo totalmente; NS – não sei

## Capacidade dos órgãos e entidades de implementar a Lei de Acesso à Informação

ASSERTIVA	CT	C	D	DT	NS
A área que o(a) Sr.(a) trabalha não teria dificuldade para implementar uma política de amplo acesso à informação pública porque já possui uma cultura de divulgar informações	45,2	17,0	27,2	6,5	4,2
A área que o(a) Sr.(a) trabalha não teria dificuldade para implementar uma política de amplo acesso à informação pública porque está estruturada para atender essas solicitações	11,0	36,9	39,3	7,2	5,6
O governo federal está preparado para executar uma política de amplo acesso à informação pública	4,8	21,3	47,6	13,4	13,0

## RECONHECIMENTO DO DIREITO DE ACESSO

Quais serão os principais demandantes de informações?



A decorative graphic on the left side of the slide, featuring a vertical green bar and a yellow shape that curves around it, resembling a stylized leaf or a drop.

# **O ATUAL TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO PÚBLICA**

## CONTRASTES

Órgãos que possuem sistemas informatizados, controles de estatísticas de atendimento, gestão eletrônica de documentos, gestão informatizada de processos, diversos canais de atendimento ao público, capacidade para fornecer informações por meio eletrônico e cópias digitalizadas de processos

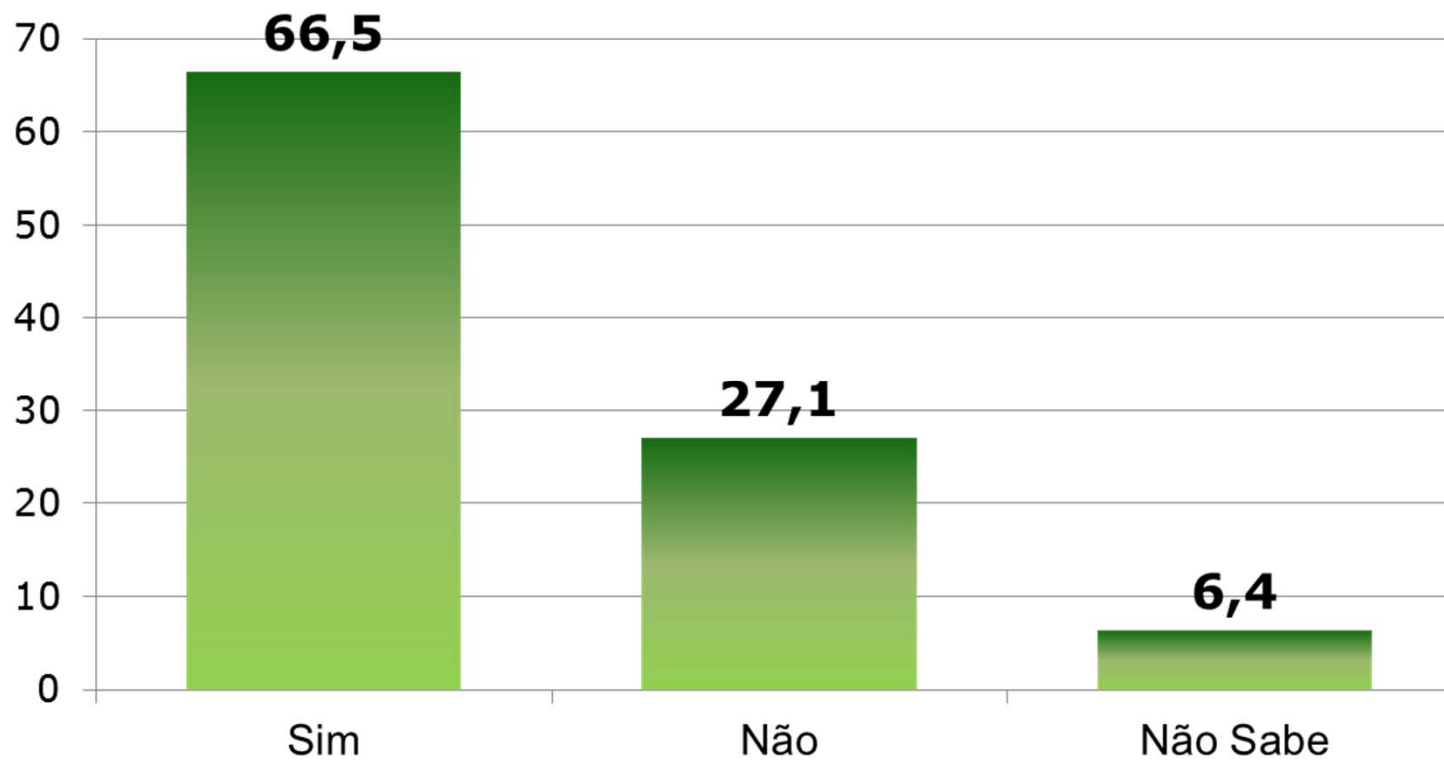
Órgãos que ainda estão se esforçando para conseguir acompanhar o fluxo entre a solicitação e a resposta, sem um sistema informatizado de registro e monitoramento

## Desafios

- Falta de uma política geral para a gestão da informação;
- Inexistência de critérios simples e objetivos para o que pode e para o que não pode ser amplamente divulgado;
- “Cultura do *pendrive*” presente em alguns funcionários que se apropriam de dados e informações sob sua responsabilidade e não os compartilham com os colegas ou demais interessados
- A maioria dos órgãos não possui um padrão para o atendimento de pedidos de informação;
- Importância da participação dos dirigentes na implementação da Lei de Acesso à Informação.

## O ATUAL TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO PÚBLICA

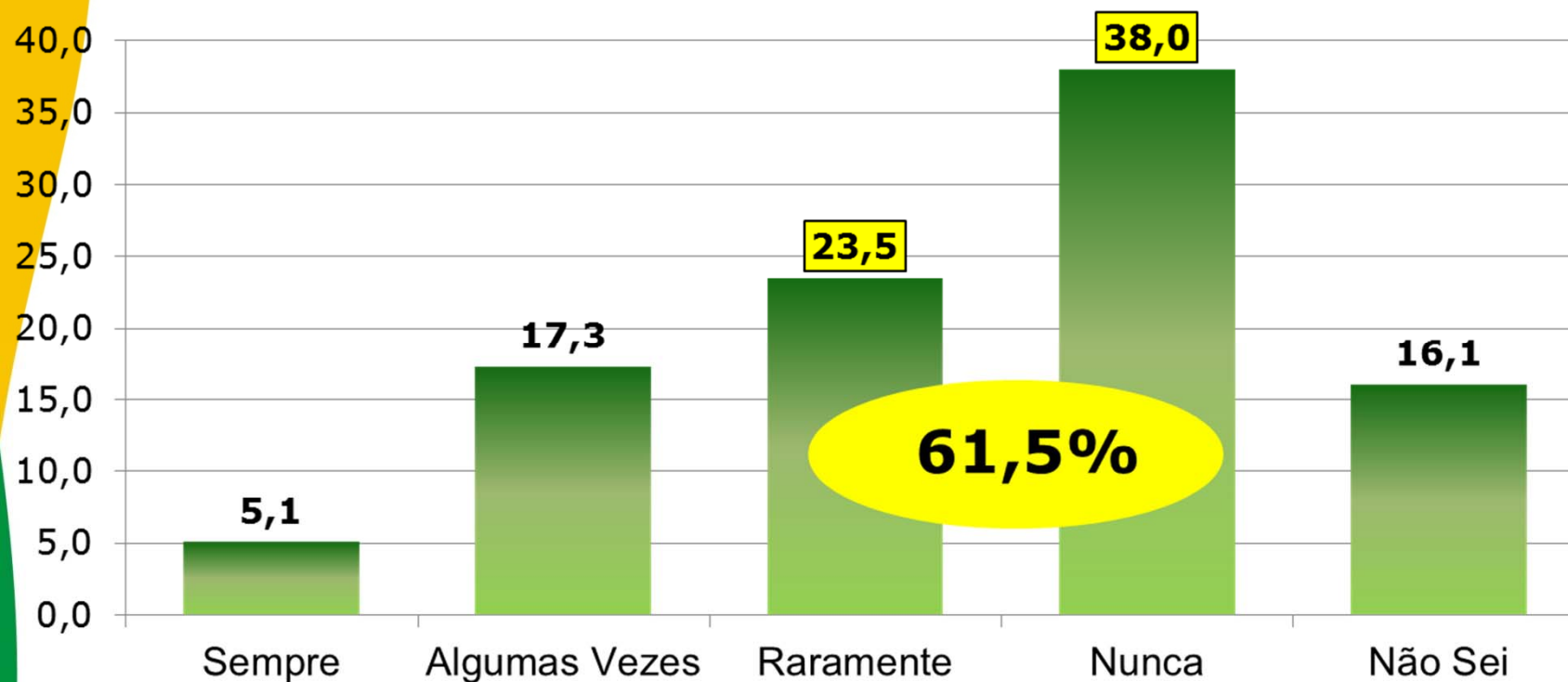
A sua área possui sistema eletrônico de protocolo e tramitação de documentos?”





## O ATUAL TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO PÚBLICA

Com que regularidade a sua área promove cursos e treinamentos sobre gestão de documentos e/ou segurança da informação?



A decorative graphic on the left side of the slide, featuring a vertical green bar and a yellow curved shape that overlaps it.

# **CAPACIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO**

## PRINCIPAIS PROBLEMAS APONTADOS

- falta de organização, planejamento e sistematização das informações de cada área;
- limitada capacidade de resposta em caso de aumento significativo da demanda por informações;
- baixa interoperabilidade dos sistemas e bancos de dados das diferentes áreas e até mesmo dentro de um mesmo órgão;
- baixa confiabilidade das bases de dados existentes;
- carência de recursos humanos destinados à divulgação proativa de informações e ao atendimento das solicitações ;
- perigo de a nova legislação cair em descrédito por falta de condições necessárias e suficientes à sua efetividade.

**O servidor**, em sua grande maioria, **não se opõem** ao amplo acesso à informação pública, **mas defende**, para tanto, **a modernização do Estado**, principalmente, no que diz respeito à treinamento (mudança cultural) e tecnologia da informação.

A decorative graphic on the left side of the slide, featuring a vertical green bar and a yellow shape that curves inward from the right, resembling a stylized leaf or a drop.

# RESPONSABILIZAÇÃO FUNCIONAL

## RESPONSABILIZAÇÃO FUNCIONAL

Na visão dos respondentes, os servidores **não** poderiam ser responsabilizados ou punidos se:

- a informação solicitada não estivesse ao seu próprio alcance ou ele não possuísse ou não tivesse condições de preparar o levantamento solicitado;
- a solicitação não encontrasse respaldo na própria lei de acesso a informação pública;
- a informação já fosse pública;
- o atendimento da solicitação não integrasse a lista de suas responsabilidades;
- o funcionário não houvesse sido devidamente treinado e capacitado para o cumprimento da nova lei.

# **CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

**CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES****MUDANÇAS**

- CULTURAIS;
- ORGANIZACIONAIS; e
- OPERACIONAIS.



## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

### Mudanças **Culturais**:

- definição clara do que é/não é informação pública, reduzindo drasticamente a margem de arbítrio pessoal para as decisões;
- enfrentamento das atitudes sedimentadas na forma da complexa cultura do papel – da gaveta e do *pendrive*, o que reflete a difusa sensação de que os funcionários públicos são proprietários da informação, podendo disponibilizá-la ou não ao seu critério;
- incentivo a uma nova cultura de produção e compartilhamento de bancos de dados.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

### Mudanças **Organizacionais**:

- estruturação e disseminação por toda a administração federal de áreas responsáveis pelo recebimento e acompanhamento de solicitações de informação;
- abertura e manutenção de canais eficientes de comunicação entre os órgãos de Estado/governo e a sociedade como um todo;
- implantação de rotinas informatizadas para o fluxo entre solicitações e respostas, dentro de prazos razoáveis de atendimento;
- implementação de política - a um tempo uniforme e flexível - para arquivos de documentos e também para o arquivamento eletrônico nos órgãos da administração federal;
- desenvolvimento de programas de sensibilização, treinamento e capacitação dos recursos humanos com foco nas transformações exigidas pela futura lei de acesso a informação pública;
- fortalecimento das áreas de tecnologia da informação e dos canais de diálogo e troca de informações ou sugestões entre estas e as demais áreas dos órgãos federais.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

### Mudanças **Operacionais**:

- universalização da gestão eletrônica de documentos e de acompanhamento de processos, com interfaces que permitam o acesso direto dos cidadãos interessados;
- estruturação e compatibilização de sistemas das várias repartições e órgãos federais;
- criação, ampliação, consolidação e disponibilização de bancos de dados com um mínimo de obstáculos para o acesso do cidadão, a exemplo de senhas e outras exigências inibidoras de consultas ou solicitações;
- Digitalização dos documentos produzidos por órgãos e entidades da Administração Federal;
- ampliação da transparência proativa mediante sites bem desenhados e ‘amigos’ ao cidadão interessado, o que contribuirá para aliviar o excesso de demandas por informações e dados;
- definição de orçamentos que possibilitem efetivamente o novo ambiente de acesso a informação pública federal acima delineado.



# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

[WWW.CGU.GOV.BR](http://WWW.CGU.GOV.BR)